



**RENOVAÇÃO DA PLATAFORMA WATT – PLATAFORMA DE  
GESTÃO DE CONTRATOS DE ENERGIA**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**abril 2025**



**ÍNDICE GERAL:**

**1 - CLÁUSULAS JURÍDICAS**

**2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**



## **1 - CLÁUSULAS JURÍDICAS**

## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Cláusula 1.<sup>a</sup> Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a **Renovação da Plataforma Watt – Plataforma de Gestão de Contratos de Energia, com o CPV 72260000-5 (Serviços relacionados com software)**.

### **Cláusula 2.<sup>a</sup> Preço base**

O preço base do presente procedimento é de **10.500,00€ (dez mil e quinhentos euros)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup> Elementos do Contrato**

1 – O Contrato integra os seguintes elementos:

- a) O clausulado contratual;
- b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela entidade adjudicante;
- c) Os esclarecimentos e as retificações que venham a ser efetuados;
- d) O presente caderno de encargos;
- e) A proposta adjudicada, com todos os elementos que a integram;
- f) Os eventuais esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os elementos referidos nas alíneas b) a f) do número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado CCP, e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º do referido Código.

4 – O contrato será obrigatoriamente outorgado pelo representante legal da entidade adjudicante, especificando os direitos e obrigações que assistem a cada uma delas.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**Prazo de vigência do Contrato**

O presente contrato vigora desde a data da sua assinatura até ao dia 31 de março de 2028.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**Obrigação de procedimentos de aquisição de serviços**

1 – O adjudicatário obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato, trabalhadores em regime de trabalho sem termo, podendo afetar trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de vigência definido na cláusula 4.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º também do CCP.

2 – Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

3 – O adjudicatário deve entregar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados desde o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual, conforme modelo constante no Anexo A ao presente caderno de encargos. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos trabalhadores inicialmente afetos à prestação do serviço, o adjudicatário deve, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.

**CAPÍTULO II**  
**OBRIGAÇÕES DAS PARTES**  
**SECÇÃO I**  
**OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**Obrigações do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

a) Renovação do Contrato de Manutenção da Plataforma Watt – Plataforma de Gestão de Contratos de Energia;

b) As obrigações compreendidas na garantia técnica prevista na cláusula 8.º.

2 – A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 7.ª** **Encargos gerais**

1 – Todas as despesas ou encargos em que o adjudicatário tenha de incorrer para o cumprimento de obrigações emergentes do contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da lei ou do contrato.

2 – Constitui, nomeadamente, responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato em Portugal ou nos territórios do país ou países do adjudicatário, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte.

3 – O disposto no número anterior aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações, licenças e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário no âmbito do contrato.

#### **Cláusula 8.ª** **Garantia técnica e manutenção**

1 – O adjudicatário garante a perfeita realização do presente serviço, contra qualquer defeito ou anomalia no seu funcionamento ou qualquer desconformidade com as cláusulas técnicas definidas no caderno de encargos e com as características e especificações técnicas constantes da proposta adjudicada.

2 – A garantia técnica compreende as obrigações de o adjudicatário proceder à correção ou eliminação dos defeitos, anomalias ou desconformidades referidas no número anterior, incluindo a obrigação de proceder à troca de bens se outro meio não se revelar apto a assegurar estes resultados.

3 – O adjudicatário fica obrigado a corrigir qualquer defeito, anomalia ou desconformidade referida no n.º 1, no prazo de 8 (oito) dias a contar da sua comunicação pela entidade adjudicante.

4 – No caso de anomalias de manifesta simplicidade, como por exemplo, a inclusão de funcionários em nós específicos dos circuitos, a correção de pedidos de aquisição, cabimentos, adjudicações, requisições, notas de encomenda e pedidos de fornecimento, o adjudicatário fica obrigado a resolver essas anomalias, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da comunicação pela entidade adjudicante.

5 – O período de garantia técnica a que o adjudicatário se obriga, vigora durante todo o prazo de vigência da atual prestação de serviços.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Objeto do dever de sigilo**

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Faturação eletrónica**

No âmbito da execução do presente contrato, o adjudicatário deve proceder ao envio de faturas eletrónicas em conformidade com o disposto no artigo 299.<sup>o</sup>-B do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro. A solução EDI adotada pelo Município de São João da Pesqueira é a YET, acessível em <https://yetspace.com> da empresa YET – Your

Electronic Transactions do grupo PRIMAVERA Business Software Solutions SA, e será através da mesma que todas as faturas deverão ser encaminhadas pelo adjudicatário.

## **SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

### **Cláusula 12.<sup>a</sup> Preço contratual**

Pela presente prestação de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações previstas no contrato, a entidade adjudicante paga ao adjudicatário o valor constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> Condições de pagamento**

- 1 – A faturação será emitida anualmente, em três faturas de igual valor.
- 2 – As quantias devidas pelo Município, serão pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas.
- 3 – Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 – Não há lugar a pagamentos adiantados nem revisão de preços.

## **SECÇÃO III PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> Penalidades contratuais**

- 1 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de S. João da Pesqueira, pode exigir-lhe uma pena pecuniária correspondente a 20% do valor total do contrato.
- 2 – No caso do adjudicatário não cumprir o estipulado no presente caderno de encargos, ou cumprir o mesmo de forma defeituosa, ficará desde logo aberta a possibilidade do Município de S. João da Pesqueira aplicar penalidades ao mesmo, podendo essas penalidades atingir o máximo de 20% do valor contratual, sendo as mesmas comunicadas por meio de comunicação escrita ao adjudicatário.
- 3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de S. João da Pesqueira, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 4 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de S. João da Pesqueira, exija uma indemnização pelo dano excedente.



**Cláusula 15.<sup>a</sup>**  
**Força maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**  
**Resolução por parte do contraente público**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a. O Adjudicatário interromper a prestação do serviço, sem que tal esteja previsto na sua proposta ou sem motivo de força maior devidamente legalizado ou aceite pela entidade adjudicante.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**  
**Resolução por parte do adjudicatário**

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

**CAPÍTULO IV**  
**CAUÇÃO**

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**  
**Caução**

Para a execução do contrato não é exigível caução, conforme disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, nem será realizada a retenção referida no n.º 3 do mesmo artigo.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**  
**Subcontratação**

A responsabilidade pela correta prestação do fornecimento incluído no Contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário e só dele, não reconhecendo a Entidade Adjudicante, senão para os efeitos indicados na Lei ou neste Caderno de Encargos, a existência de quaisquer subadjudicatários ou tarefeiros que trabalhem por conta do Adjudicatário.

**CAPÍTULO V**  
**RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**  
**Foro Competente**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia de qualquer outro.

## **CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

#### **Notificações e comunicações**

1 – Qualquer uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que chegam ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé e no prazo de 10 (dez) dias a contar do respetivo conhecimento.

2 – Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

#### **Notificações e comunicações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos previstos no contrato.

2 – Qualquer alteração dos elementos de contacto das partes indicado no contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e não se suspendendo nem interrompendo em férias judiciais.

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Lei aplicável**

O Contrato é regido pela lei portuguesa e, em particular, pelo CCP, que se aplica em toda a matéria omissa no presente clausulado.



## **2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**Cláusula 1.<sup>a</sup>**  
**Características, especificações e requisitos**

1 – O presente contrato deve contemplar a renovação da Plataforma Watt, com as seguintes funcionalidades:

- a) Acesso à Plataforma até 31 de março de 2028 para 3 utilizadores identificados pelo Município;
- b) Subscrição Anual (até 250 contratos);
- c) Licença User Adicional.

2 – O adjudicatário deverá assegurar que estarão implementados todos os requisitos técnicos de segurança que o RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados) exige para a proteção de dados, e permitirá, caso seja necessário, que o titular dos dados possa exercer os direitos consagrados no mesmo regulamento quanto a licitude, o direito ao esquecimento, ao consentimento e a exatidão dos dados.

3 – O adjudicatário deverá garantir 13 horas anuais de suporte/Helpdesk remoto (geridas em slots de 15 minutos) Este apoio será para o esclarecimento de dúvidas para debelar eventuais questões técnicas que não envolvam programação.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**  
**Obrigações da entidade adjudicante**

São responsabilidades da entidade adjudicante:

- a) Disponibilização do acesso às faturas eletrónicas de energia elétrica emitidas pelo comercializador (ou em repositório partilhado com o adjudicatário ou permitindo o acesso às mesmas via WebAPI; as faturas devem ser compostas por um XML e um PDF);
- b) Interface com todas as outras entidades envolvidas;
- c) Participação no setup inicial dos contratos e a sua atualização sempre que se verifiquem alterações contratuais pela entidade adjudicante.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**Meios Técnicos e Logísticos**

O Adjudicatário obriga-se a afetar à presente prestação de serviços os meios técnicos detalhados na sua Proposta.

## **ANEXO A – (Modelo de) Declaração**

[para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP]

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, e tendo em consideração o disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o n.º 2 do art.º 451.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada afetará à prestação do serviço a realizar no âmbito do contrato n.º \_\_\_\_\_, os seguintes trabalhadores:

Identificação	Vínculo laboral

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura]